



ILMO. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA/RJ.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 03/2022

Processo Administrativo: 03.228/2022

ZONAAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.653.961/0001-44, tendo sua sede estabelecida na Padre Julião, nº 819, Centro, Município de Leme/SP, CEP 13610-230, por seu representante infra-assinado, com fundamento no artigo 109, inciso I, letra “a”, da Lei nº 8.666/93 vem apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que a inabilitou, consoante às razões que passa a expor.

Em sessão realizada no dia 09 de maio de 2023 foram abertos os envelopes “A” – HABILITAÇÃO, tendo a recorrente sido declarada inabilitada por descumprimento ao item 6.6.6 do edital, por supostamente ter deixado de indicar a especificação do “hardware” necessário para efetivação da “SOLUÇÃO TECNOLÓGICA” a ser aplicada.

No entanto a recorrente apresentou a declaração conforme anexo XII, na qual declarou *que disponibilizará o software e o hardware necessários ao cumprimento dos serviços, objeto do presente Edital, durante toda vigência do contrato.*

Saliente-se ainda que houve a descrição do hardware e software no projeto detalhado, em conformidade com o item 7.10 do edital.

Saliente-se que a especificação de hardware sequer poderia admitido como critério de habilitação, conforme dispõe o artigo 30, *caput* e parágrafo 5º, do da Lei 8.666/93:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:***

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação”.

Desta forma a Lei 8.666/93 impôs limites a discricionariedade, reduzindo a liberdade da Administração Pública buscando evitar que exigências formais e desnecessárias acerca do melhor percentual de oferta e não técnica e preço. Não é objeto de maior relevância, previsto nas formas da LEI.

Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União a lista de requisitos de habilitação prevista na Lei 8.666/1993 é exaustiva, não comportando, portanto, a inclusão de outros requisitos que não estejam previstos:

ENUNCIADO

É ilegal a exigência de apresentação de programa de integridade por parte das empresas participantes de licitação, como critério de habilitação, uma vez que o rol de documentos constante dos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo (Acórdão

Assim a comprovação da qualificação técnica dos licitantes deve ser feita mediante a apresentação de atestados, sendo ilegal exigir dos licitantes outros critérios que não estejam previstos no rol taxativo de que trata o artigo 30 da Lei 8.666/93.

É indubitável que a recorrente comprovou sua aptidão técnica na execução dos serviços de estacionamento rotativo, com 06 atestados devidamente registrados pelo CAU- SP, na forma do item 6.6.3 do edital, razão pela qual a mesma deveria ter sido habilitada no presente certame.

Deve se atentar ainda que o item 7.10 do edital exigiu dos licitantes a descrição detalhada do objeto no Projeto Básico (Anexo I e seus anexos), assim todas as especificação de hardware e software foram apresentadas na proposta comercial.

Portanto a exigência da especificação do hardware como critério de habilitação, além de ser ilegal por não estar prevista no artigo 30 Lei 8.666/93, mostra-se totalmente desnecessária em razão de que os licitantes tiveram que apresentar toda a descrição do descrição do objeto conforme o Projeto Básico, com a indicação de todos os componentes físicos utilizados (hardware).

É cediço que a finalidade precípua da licitação é *“garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional”* (art. 3º, caput da Lei nº 8.666/93) e que o procedimento licitatório *“caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública”* (art. 4º, parágrafo único).

Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao ato convocatório, porém na concepção atual necessária a adoção do **formalismo moderado**, de modo que seja afastado o apego excessivo à forma em detrimento da competitividade da licitação, afastando-se da finalidade da própria licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Em outras palavras **os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo** que acabe por macular a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência e prejudicando a possibilidade da Administração Pública analisar todas as propostas viáveis.

Oportuna, aqui, a doutrina do festejado Hely Lopes Meirelles:

*“A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, por um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se aqui a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor será que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstante com o caráter competitivo da licitação”.*
(in *Licitação e Contrato Administrativo*, 9. ed., Ed. RT, p. 136).

O excesso de formalismo na condução de procedimento licitatório há muito tempo vem sendo reiteradamente afastado pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ:

AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. - Os esclarecimentos prestados pelo licitante para a confecção da planilha dos valores não interferiram nas propostas apresentadas pelos interessados, nem mesmo causaram prejuízos aos demais licitantes na licitação do tipo menor preço. - Improcedência da pretensão, tendo em vista o respeito aos princípios legais que regem a licitação, notadamente o do formalismo moderado. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo Nº 70057114928, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 14/11/2013)

Temos portanto que o administrador deve agir conforme preceitos do **PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE e da PROPORCIONALIDADE**, que prestigia a *“instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins a que se orientam”* e *“exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma”*¹.

Não se pode admitir que sejam feitas exigências inúteis ou desnecessárias à licitação; que se anule procedimento ou fase de julgamento; inabilite licitantes ou desclassifique propostas, quando diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou proposta que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração.

Sobre o tema, ensina Marçal Justen Filho²:

“É imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos”.

A recorrente opera mais de 25.000 vagas de estacionamento rotativo em cerca de 20 municípios, incluindo a capital do Estado - Porto Alegre, sendo a maior operadora de parquímetros do país, possui 358 funcionários CLT, 580 Postos de vendas credenciados (POS) , sendo 90 deles em Porto Alegre, 06 veículos com vídeo monitoramento OCR, evidenciando sua capacidade técnica, devidamente comprovada por meio dos 06 atestados e demais documentos anexados aos autos desta licitação.

Logo sua inabilitação por exigência periférica e meramente formal acaba por afetar a competitividade do certame e tirar um potencial competidor do certame, com comprovada experiência em operações até mais complexas do que o objeto licitado.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9a Ed., São Paulo: Dialética, 2002, p. 66-67.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 427.



Assim, à luz dos argumentos expostos, a inabilitação da recorrente viola o disposto no artigo 30 da Lei 8.666/93, além de se afastar dos PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE e da PROPORCIONALIDADE, bem como do RIGORISMO MODERADO, , da AMPLA CONCORRÊNCIA e o objetivo precípua da licitação que é a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA à Administração Pública.

REQUERIMENTOS

Diante do exposto requer que seja **ACOLHIDO** o presente recurso, a fim de que seja revista a decisão recorrida e seja declarada a habilitação da recorrente, nos termos da fundamentação exposta.

Barra Mansa, 15 de maio de 2023.

ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Patrícia Rosa Barduque – procuradora